

## Os dois lados do Atlântico: panoramas da TV no Brasil, em Cabo Verde e Portugal<sup>1</sup>

Vitor Pereira de ALMEIDA<sup>2</sup>

Ricardo Matos de Araujo RIOS<sup>3</sup>

Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG

### RESUMO

Este trabalho tem como proposta a realização de uma pesquisa exploratória inicial da televisão no Brasil, em Cabo Verde e em Portugal. A lusofonia percorre os países que estão inseridos na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a CPLP. O texto destaca como a televisão surge pública em Portugal e Cabo Verde em contraponto ao Brasil, onde nasce comercial. Como recurso metodológico, utilizamos da pesquisa bibliográfica associada à análise documental. É possível concluir que, apesar das diferenças existentes, a televisão é um dos veículos de comunicação mais importantes nos países estudados.

**PALAVRAS-CHAVE:** Brasil; Cabo Verde; Portugal; Geografias da Comunicação; Televisão.

### Introdução

Importante veículo de comunicação, a televisão moldou a cultura contemporânea dos países lusófonos. Das novelas, que desenvolveram o debate público, ao ensino da língua portuguesa, que fomentou o uso do Português em vários países, a TV faz parte do dia-a-dia de milhões de pessoas que vivem no espaço da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Mesmo com o crescimento das plataformas de *streaming*, a televisão mantém-se forte, seja pela dificuldade de acesso à internet ou à tecnologia. Para compreender o panorama atual do meio em três países (a saber, Brasil, Cabo Verde e Portugal), este trabalho se propõe a fazer uma exploração sobre a situação atual da televisão nos três Estados citados.

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Geografias da Comunicação, XX Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). E-mail: [vitoralmeida\\_cfet@hotmail.com](mailto:vitoralmeida_cfet@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora (PPGCOM/UFJF). Professor do curso de Publicidade e Propaganda da Unipac. Twitter: @ProfessorRios / E-mail: [ricmrios@gmail.com](mailto:ricmrios@gmail.com).

---

Esta exploração contemplará os canais FTA, ou seja, os canais abertos de televisão. Como alicerce teórico, o trabalho usa os conceitos de Lusofonia, de Godoy (2015), Comunidades Imaginadas, de Anderson (2008), e Ambiente Internacional, de Zahreedine (2015).

A finalidade é agregar dados documentais da televisão destes países e compreender o processo evolutivo do veículo, para que seja possível compreender o estado atual no que tange a situação das empresas e do modelo seguido por cada um dos países (se é público, privado ou híbrido).

Espera-se, assim, que o levantamento possa contribuir no debate sobre o futuro da televisão no espaço lusófono.

### **O que é a CPLP?**

A CPLP é uma organização internacional formada por países lusófonos criada em 17 de julho de 1996 por Angola (República de Angola), Brasil (República Federativa do Brasil), Cabo Verde (República de Cabo Verde), Guiné-Bissau (República da Guiné-Bissau), Moçambique (República de Moçambique), Portugal (República Portuguesa) e São Tomé e Príncipe (República Democrática de São Tomé e Príncipe). Em 2002, após declarar independência, o Timor-Leste (República Democrática de Timor-Leste) se tornou país integrante da organização e, em 2014, a Guiné Equatorial (República da Guiné Equatorial) se tornou membro. Portanto, a CPLP é formada por nove Estados Soberanos em que a língua oficial ou uma delas é a língua portuguesa. Além dos países membros, existem dezenove observadores associados: o Principado de Andorra, a República Argentina, a República do Chile, a República Eslovaca, a República Francesa, a Geórgia, a Hungria, o Japão, a República Italiana, o Grão-Ducado de Luxemburgo, a República de Maurício, a República da Namíbia, o Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte, a República do Senegal, a República da Sérvia, a República Tcheca, a República da Turquia, a República Oriental do Uruguai e a Organização dos Estados Ibero-americanos para Educação, Ciência e Cultura. Outros dez países já manifestaram seu interesse em aderir como membros observadores associados. A comunidade possui um canal de televisão chamado TV CPLP, produzido pela própria Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e custeado pela UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e pelo

---

governo português. A proposta é que o canal seja transmitido internacionalmente com os programas todos em português.

Tudo isso demonstra a importância da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O objetivo principal da CPLP é o “aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os países membros” e, ainda, “A concertação político-diplomática entre seus estados membros, nomeadamente para o reforço da sua presença no cenário internacional; A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social; A materialização de projetos de promoção e difusão da língua portuguesa”, segundo o site oficial da CPLP<sup>4</sup>.

A comunicação e a regulação da mídia são temas tão importantes na CPLP que, em 22 de outubro de 2009 a CPLP criou Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa (PER). Sete dos nove integrantes da CPLP constituem a PER (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste). As únicas exceções são o Brasil e a Guiné Equatorial (país membro mais recente, associado em 2014, portanto antes da criação da PER). A PER tem o propósito de “ser um fórum de discussão e cooperação, de intercâmbio de informações regulares e de investigação em matérias relativas à regulação da comunicação social”, segundo o website oficial da Plataforma<sup>5</sup>.

Mas, como países tão diferentes entre si, constituem uma mesma comunidade? Para que seja possível a realização dessa reflexão, faz-se necessário destacar alguns aspectos desses países e como a lusofonia está presente ou não. Cabe ressaltar que, para fins de detalhamento e citação nesse trabalho de pesquisa, foram considerados apenas os canais de televisão abertos e com abrangência nacional nos respectivos países. O foco desta análise está nos três países objetos do estudo.

### **Lusofonia como conceito teórico**

Países geograficamente tão distantes acabam unidos pela lusofonia. Aqui, definimos lusofonia como a comunidade formada pelos povos e nações que

---

<sup>4</sup> Disponível em <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acesso em 10 ago. 2020

<sup>5</sup> Disponível em <http://plataforma-per.org/conteudo.php?ACABYwZg=AAEBVwZCUE0GXQUFU05QSgNLBwQtela9Xr1&ACABYwZu=AGEBMQYT1mais&ADwBawZpUGcGdwU3=ACABdgtela9Xr1tela9Xr1>. Acesso em 10 ago. 2020

---

compartilham a língua e a origem portuguesas. Há que destacar que esses países foram colonizados por Portugal, ou seja existe uma clara “linha de poder” definida. A colonização partiu de Portugal e foi imposta aos outros países. Não só isso, mas também é importante destacar que a globalização “desfez” boa parte das barreiras geográficas. Porém, ainda nos dias de hoje, culturas diferentes existem nos países estudados.

Em suas origens, Portugal trouxe e impôs sua cultura aos colonizados. E, a partir disso, se construiu a ideia de nação e identidade da comunidade lusófona. Como aponta Anderson (p. 261), o nacionalismo surgiu primeiro na América como uma ferramenta para afirmação dos primeiros Estados nacionais existentes no continente. Estados, estes, que queriam se separar das metrópoles europeias. O uso do termo “Novo Mundo” para se referir à América criava nos *criollos* a consciência de uma comunidade paralela à Europa. Além disso, as escolhas léxicas reforçam a ideologia por meio de comunidades imaginadas. Ao tratar os países lusófonos como parte de uma Comunidade de Países, como no caso da CPLP, ou como um grupo único, que se irmana em torno de uma característica que os une ao redor do aspecto linguístico, há o reforço desta comunidade imaginada da lusofonia, independente das distâncias geográficas que ocorram. Isso acontece porque a noção de comunidade pressupõe homogeneização identitária, algo que não acontece em uma sociedade, que tem a pluralidade como um de seus principais pilares.

Mas, se o Ambiente Internacional caracteriza-se pelo estado anárquico, como é possível traçar regramentos e associações por meio de instituições? Zahreddine (2015) pontua que, no Ambiente Internacional, o institucionalismo da escolha racional possui quatro propriedades: emprego de série de pressupostos comportamentais; vida política como uma série de dilemas de ação coletiva; interação estratégica na determinação das situações políticas; ideia de acordo voluntário como origem das instituições. Com base nisso, as instituições têm as seguintes funções: facilitar o estabelecimento de acordos mutuamente benéficos entre os governos, acordos estes que não seriam alcançados sem ação coletiva; coordenação e colaboração para redução de conflitos.

Godoy et al. (2015, p. 3-5) apresentam uma conceituação política da Lusofonia da seguinte maneira:

Apesar de a globalização ser um fenômeno que remete a múltiplas dimensões – políticas, econômicas e culturais, por exemplo – chama-se atenção para as possibilidades abertas pela intensificação do uso das novas tecnologias da

informação uma vez que isso tem o poder de ampliar enormemente a integração entre as comunidades lusófonas (Martins, 2014).

Possivelmente isso ajude a explicar o crescente interesse por temas ligados à lusofonia e que Cristóvão et al. (2007) nomeiam de “lusografia”, termo que expressa um espaço múltiplo onde a língua portuguesa impera, predominantemente a escrita, não necessariamente a falada. A cidadania lusófona não é necessariamente um espaço real e talvez nunca possa ser verdadeiro, embora o projeto de criação de um espaço com tais atributos venha ganhando vigor nos últimos anos. Nenhum outro povo, além dos portugueses, deixou um rastro de influência semelhante, durante o projeto de colonização (Lopes, 2003).

O conceito de lusofonia tem sido expressivamente ampliado, atingindo não apenas o universo linguístico, mas se ampliando para o compartilhamento de elementos culturais, contribuindo para a promoção e o desenvolvimento conjunto dos países envolvidos, também como estratégia de internacionalização da língua portuguesa (Vanspauwen, 2012). Neste sentido, a lusofonia é importante por instituir um espaço geolinguístico, como um processo de alongamento, na medida em que cria uma relação mais profunda em diferentes contextos sociais (Giddens, 1990). Desse modo, acaba por se transformar em uma identidade de comunidade em redes e cada vez menos de mercado (Freixo, 2009). (GODOY *et alli*, 2015, p. 3-5)

No Ambiente Internacional, a Lusofonia não só encontra respaldo para ser uma Comunidade Imaginada, mas também se transforma em aglutinadora transnacional e instituição pluriestatal consolidada (como é o caso da CPLP). Mesmo que Lourenço (2001, p. 182) considere a CPLP “um refúgio imaginário”, o fato é que ela existe e é uma instituição internacional, conforme as definições apresentadas por Zahreddine (2015).

### **Um panorama dos países analisados**

A República Federativa do Brasil está localizada na América do Sul. O Brasil é o maior em extensão territorial da América do Sul e o maior país lusófono do mundo. Em 1822 se declarou independente de Portugal, tornando-se um império e concentrando os poderes nas mãos de Dom Pedro I, primeiro imperador do Brasil. Em 1889, o país torna-se uma república. Possui uma área total de 8.515. 767.049 km e uma população estimada, em 2018, em 208.846.892 habitantes<sup>6</sup>. É uma República Federativa Presidencialista. Possui cinco canais de televisão a nível nacional e abertas: Rede Globo de Televisão, Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), RecordTV, Bandeirantes (Band) e a TV Brasil (governamental desde o golpe de 2016). A ANATEL, Agência

---

<sup>6</sup> Dados disponíveis em [https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print\\_br.html](https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_br.html). Acesso em 17 set. 2020

---

Nacional de Telecomunicações é a responsável pela fiscalização do setor de mídia no país.

A República de Cabo Verde é um país insular localizado em um arquipélago de dez ilhas na região central do Oceano Atlântico. Tornou-se independente de Portugal em 1975 e adotou o Português como língua oficial. Possui uma área total de 4.033 km<sup>2</sup> e uma população estimada, em 2018, em 568.373 habitantes<sup>7</sup>. É uma República Unitária Semipresidencialista. Os órgãos oficiais que regulam a comunicação social em Cabo Verde são a Autoridade Reguladora da Comunicação Social de Cabo Verde (ARC) e a Direcção - Geral da Comunicação Social. No campo das comunicações e em especial da televisão, Cabo Verde possui 4 canais: TCV - Televisão Cabo Verde, TCV Internacional (ambos públicos), Record Cabo Verde e Tiver. O Tiver ainda não possui número de registro junto ao ARC. O país conta com a TV CLPL (canal de TV feito pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, financiado pela UNESCO e pelo governo Português) e a RTP África (canal coproduzido pela RTP – Rádio e Televisão de Portugal - destinado aos países lusófonos africanos), também não produzidos no país, mas acessíveis à população.

A República Portuguesa, é um país localizado no sudoeste da Europa. Estabeleceu-se como reino em 1139 tendo o Português como língua oficial. Possui uma área total de 92.090 km<sup>2</sup> e uma população estimada, em 2018, em 10.355.493 habitantes<sup>8</sup>. É uma República Constitucional Unitária Semipresidencialista. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) é a entidade responsável por regular a comunicação social no país. Possui seis canais de TV aberta para todo o país (RTP1, RTP2, RTP3, RTP Memória – públicos -, SIC e TVI), além dos canais RTP Açores, RTP Madeira e ARTV. O país conta com a TV CLPL (canal de TV feito pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, financiado pela UNESCO e pelo governo Português) e a RTP África (canal coproduzido pela RTP – Rádio e Televisão de Portugal - destinado aos países lusófonos africanos) – mesmo sendo um país europeu.

---

<sup>7</sup> Dados disponíveis em [https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print\\_cv.html](https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_cv.html). Acesso em 17 set. 2020

<sup>8</sup> Dados disponíveis em <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/po.html>. Acesso em 17 set. 2020

---

## Panorama da TV no Brasil

O Brasil é um país com proporções continentais, o que por si só dificulta análises e torna mais trabalhoso uma comunicação plural visto que não existe acessibilidade aos veículos que produzem material audiovisual em todos os rincões do país; a produção audiovisual se encontra concentrada no eixo sudeste-sul. A televisão aberta, principal foco da pesquisa, e o rádio chegam a mais de 99% das residências do país e sete famílias dominam esses veículos de comunicação<sup>9</sup>.

Dada a concentração do setor de mídia, os grupos detentores acabam exercendo influência nas políticas destinadas à comunicação. Ao se tratar da televisão aberta em específico, os moldes americanos de concessão foram seguidos na implantação da televisão brasileira, o que acabou por consolidar a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados; criando o oligopólio de mídia atual. Assim, os grupos televisivos tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social. Durante décadas, se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial.

A televisão constitui um dos mais importantes veículos de comunicação de massas no Brasil, informação e entretenimento; mesmo com o acesso à internet se popularizando cada vez mais. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística revelam que 97,2% dos brasileiros tem um aparelho de televisão no lar (IBGE, 2015). Ainda, segundo a Pesquisa Brasileira de Mídia, 89% das pessoas utilizam a televisão como fonte de informação; 77% veem televisão 7 dias por semana em uma média de 3 horas e meia diárias (Pesquisa Brasileira de Mídia, 2016). Esses dados demonstram a importância e a influência do veículo de comunicação “televisão” na vida cotidiana dos brasileiros e seu poder em informar e entreter; ainda, seu potencial como agente formador de opinião.

Com a internet é possível, até mesmo, ver televisão fora da televisão. Aplicativos e o próprio site de hospedagem de vídeos *YouTube* permitem ao espectador assistir a programas que querem ver pela primeira vez, lembrar algum detalhe ou rever na

---

<sup>9</sup> As famílias Marinho da Globo, a Abravanel (Sílvio Santos) do SBT, Macedo da Record, a família Saad da Band, a Frias da Folha de S. Paulo, a Mesquita do Estadão e a Civita da editora Abril (Veja) - O Grupo Abril, da família Civita, foi vendido em 20/12/2018 para o empresário Fábio Carvalho, dono da sociedade de investimentos Legion Holdings.

---

íntegra. Em outras palavras, a TV também pode ser assistida fora do fluxo da grade de programação.

A televisão é concebida, no Brasil, como um rádio com imagens, por falta de conhecimento e de lida com a imagem naquele momento. Ao longo de décadas se perpetuou no país um sistema inteiramente comercial. Seguindo os moldes americanos de concessão, consolidou-se a exploração das concessões de radiodifusão por parte do Estado a grupos privados; nesse ponto o Brasil se difere da Europa, onde a televisão nasce pública e os setores comerciais só entram posteriormente. Assim, os grupos televisivos no Brasil tiveram uma facilitação para concentrar grande e forte influência política, econômica e social.

Os moldes americanos de televisão foram seguidos numa experiência abasileirada de fazer uma televisão vinda do rádio. A lógica pública da comunicação como um direito e, portanto, da necessidade de possuir uma televisão pública, demora a ser construída na sociedade. O maior expoente da TV Pública era a TV Brasil, rede de televisão nacional criada em 2007; ou seja, somente 57 anos após o surgimento da televisão no país é que se cria uma rede pública nacional de televisão. A lógica capitalista do lucro norteando a informação veiculada aos cidadãos impede que critérios de pluralidade sejam levados em conta na produção das notícias/informação. A TV Brasil segue pública até a fusão com a programação da TV NBR no governo Bolsonaro.

Falta, ainda hoje, no Brasil, regulação e regulamentação de mídia no país. Além de existir a concentração já citada dos veículos televisivos ainda tem-se outro problema no Brasil. O dono de uma rádio pode ter uma TV, um jornal e um site de notícias. Assim, por exemplo, a informação saída do rádio também é transmitida pela TV, pelo jornal e pelo site. Vê-se a notícia no Jornal Nacional, lê-se a mesma notícia no site de notícias G1, lê-se também nos impressos “O Globo” e “Extra”, nas revistas lê-se na Época e ouve-se a notícia na Rádio Globo. Cria-se o aspecto de uma materialidade incontestável aquela informação. É necessário combater a concentração do oligopólio e das múltiplas propriedades de veículos de comunicação também. Mesmo com a regulação da mídia sendo citada na Constituição de 1988, nada foi feito no sentido de impor limites às concessões e ao material audiovisual veiculado pelas TVs (a regulação prevista é para a comunicação; mas, no caso desse trabalho em específico, enfoca-se a regulação das televisões). Nessa perspectiva, regular a mídia não indica censurar os meios. E, mais, um tipo de censura ocorre ao se manter esse oligopólio de mídia com



uma única visão dominante. A regulação é um assunto amplamente discutido na conjuntura política da América Latina atualmente, principalmente após a ascensão de governos de esquerda em muitos países (a pauta da regulamentação é, claramente, defendida pela esquerda política na América Latina). A radiodifusão, assim como a saúde e a energia, é um serviço público, regido por leis específicas e que deve ser prestado visando o interesse público. A regulação está prevista em lei e deveria ser cumprida.

### **Panorama da TV em Cabo Verde**

Para descrevermos a televisão em Cabo Verde é necessário primeiro entender o processo de construção do país. Ele foi colônia de Portugal até 1975 quando se tornou independente. Em dezembro de 1974 foi assinado um acordo entre o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde e o governo português. A partir daí foi instalado um governo de transição no país que preparou eleições para a assembleia nacional. Por fim, em 1975 o país se tornou independente. A televisão só começa a operar no país em 1984, portanto quase dez anos após sua independência.

De acordo com Rodriguez et al. (2007), a televisão em Cabo Verde começou em 1984, com a pública TVEC (Televisão Experimental de Cabo Verde). Em 1990 o canal foi renomeado para TNCV (Televisão Nacional de Cabo Verde). Em 2001, o canal passou a se chamar TCV (Televisão de Cabo Verde), nome que mantém até hoje. Em 1997, após um acordo entre Cabo Verde e Portugal, o país passou a receber via sinal aberto a RTP Internacional e em 2006 o país ganhou seu primeiro canal privado, a TV Record Cabo Verde.

Com uma emissão diária de poucas horas, a TEVEC era uma estação muito amadora, marcada sobretudo por diversas falhas técnicas. Podemos considerar que o período da TEVEC foi o momento em que se formaram os primeiros profissionais da televisão em Cabo Verde. Passando do regime experimental, a televisão cabo-verdiana foi baptizada de TNCV [Televisão Nacional de Cabo Verde]. Depois da abertura política, o Governo liderado por Carlos Veiga levou a cabo o processo de reestruturação dos órgãos de comunicação públicos, juntando a então Rádio Nacional de Cabo Verde e a antiga TNCV numa única empresa, chamada de RTC. O processo de fusão entre as duas empresas audiovisuais do sector público fez com que a rádio passasse a ser chamada de RTC FM e a televisão ficou com o nome de RTC. O primeiro Governo de José Maria Neves, que fez com que o PAICV voltasse ao poder na legislatura de 2001-2006, prometeu “reformular e

modernizar o sector público da Comunicação Social, procurando a desejada normalidade de funcionamento num contexto de rigor e autonomia”, acrescentando ainda que iria levar a cabo um “plano de redimensionamento dos quadros e serviços da RTC, S.A. e da Inforpress, S.A., bem como a reestruturação económica e financeira das mesma” (Resolução n.º 5-A de 2001, de 13 de Março; Boletim Oficial, I Série, n.º 6 Programa do Governo). Em 2004, houve uma pseudo-reestruturação “dos media do Estado, com definição dos contratos de prestação de serviços para a RCV, TCV e o Estado” (A Semana, edição de 31 de Dezembro de 2004). Entretanto, a única grande mudança que houve na RTC depois do regresso do PAICV ao poder foi a separação editorial entre a rádio e a televisão do Estado, ficando ligados administrativamente, através do Conselho de Administração da Rádio-Televisão Cabo-verdiana (Évora, 2007, p. 61).

O país possui quatro canais de TV abertos: TCV, que é público, RTP África, RecordTV Cabo Verde e Tiver. Os dois últimos são canais privados.

### **Panorama da TV em Portugal**

A televisão em Portugal começou suas atividades com a RTP 1 em 1957, canal de TV público. Em 1968 surgiu a RTP 2 e em 1992 é criado o RTP Internacional. Dado o carácter público, a RTP possui mais canais abertos, tendo sido lançados os canais RTP Madeira em 1972 e a RTP Açores em 1975. Em 1998 é criado o RTP África, voltado a países lusófonos fora de Portugal. Em 2004, é criado o RTP Memória e em 2015, o RTP 3.

A TV em Portugal surge pública e posteriormente há a entrada do carácter comercial. Em 1992 o mercado de televisão foi aberto ao mercado privado, com o leilão de duas novas redes de TV: a SIC e a TVI. Segundo Sobral (2012, p. 147-148) esse momento foi marcante na televisão portuguesa.

Assistimos, nos anos 90 do século XX, ao aparecimento de dois canais de televisão privados em Portugal, a Sociedade Independente de Comunicação (SIC), que começou a operar em 6 de outubro de 1992, e a Televisão Independente (TVI), que realizou a sua primeira emissão em 20 de fevereiro de 1993. Como facilmente se compreende, este momento assinala uma viragem marcante no sistema televisivo português e faz com que a televisão adquira uma nova dimensão na sociedade portuguesa (Cunha, 2008: 6). Os operadores privados de televisão permitiram não só aumentar a oferta de programas, como introduziram modificações na forma de se fazer televisão no nosso país e estabeleceram uma relação de proximidade com o telespectador. Como recorda Felisbela Lopes (2007a: 7), a estação de Carnaxide (SIC) começou por apresentar um noticiário onde pela primeira vez se deixava ver a zona de retaguarda das notícias: o lugar onde elas são fabricadas e mais tarde a TVI, transformando o cidadão comum no protagonista do entretenimento televisivo (Big Brother, 2000), conquistava as

---

audiências para um novo tipo de programação. Na televisão pública verifica-se que a RTP1 opta por uma estratégia comercial mais agressiva (Cádima, 2011: 79), enquanto o canal 2 aprofunda o caráter de complemento cultural para "minorias qualificadas" (Sobral, 2012, p. 147 - 148).

Como demonstrado no texto, a TV segue caminhos distintos e antagônicos no Brasil e em Cabo Verde e Portugal. No Brasil, surge comercial e sem legislação específica. Em Cabo Verde e em Portugal surge pública e com legislação específica. Há que se ressaltar que Cabo Verde enquanto antiga colônia de Portugal acompanha o sistema executado pelos portugueses.

### **Considerações Finais**

Apesar de períodos diferentes de desenvolvimento, os três países possuem sistemas híbridos de televisão, convivendo com privado e público, em maiores e menores proporções. Ainda que o governo brasileiro tenha acabado com o status de canal público<sup>10</sup> da TV Brasil/EBC, o transformando em estatal, o Brasil ainda possui canais públicos, como a TV Cultura, financiada pelo Estado de São Paulo, por exemplo. Essa convivência é excelente para o bom desenvolvimento do parque profissional da televisão, permitindo que o arsenal criativo possa ser aproveitado nos dois sistemas. Isso mostra um panorama de desenvolvimento da televisão nos três países.

Entretanto, o público brasileiro ainda não compreende a diferença entre os sistemas público e privado, justamente porque o privado foi pioneiro no país. Com isso, muitas pessoas acreditam em uma ideia (errônea) de que a TV pública, como era a TV Brasil/EBC, deva dar lucro e grande audiência. Pelo contrário, seu papel é dar voz às manifestações que a TV privada não dá, independente de lucro e audiência. Se pensarmos que um dos principais produtos da TV pública/estatal brasileira (seja ela federal ou estadual) é a programação infantil, com diversos produtos financiados pelas Leis de Incentivo à Cultura, pelo Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) e por outros programas da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), vê-se aí que é possível investir em produtos públicos e que dão audiência.

---

<sup>10</sup> O canal público, apesar de ser financiado pelo Estado, não possui interferência dele. O canal estatal, por outro lado, serve os interesses do governo e do Estado na difusão de informações que os favoreça.

---

Para Cabo Verde e Portugal, a compreensão sobre a separação dos sistemas público e privado é muito claro, pois o sistema inicial foi o público, abrindo espaço depois ao mercado privado. Com isso, o sistema público ganha concorrência forte e precisa investir em novos produtos e profissionais para manter audiência e relevância junto ao espectador. A existência clara dos dois sistemas na cabeça do público permite também a existência de leis robustas para regulamentação da mídia, algo incipiente no Brasil e difícil de ser aplicado, já que o mercado privado vende essa questão como censura e não como uma tentativa de desconcentração do mercado.

Porém, algo une os três países no que tange a televisão: a falta de espaço para novos *players*. Cabo Verde deve abrir novos espaços privados com a digitalização do sinal da TV, mas sem explicar quais benefícios ou apoios serão oferecidos aos novos operadores. Portugal não pretende abrir a concorrência para uma quarta rede de TV no país, mantendo apenas o espaço aberto para novos canais na TV paga. A eterna crise de anunciantes no Brasil impede o surgimento de novos canais e a manutenção dos pequenos canais existentes, que sem financiamento do mercado, precisam vender horários na programação para igrejas e outros exploradores externos. No Brasil, o paradoxo dos canais públicos de Cabo Verde e Portugal acontece com os novos canais do sistema privado: onde não há investimento em programação e produtos não há audiência para competir com outros canais.

Espera-se que este trabalho tenha contribuído com o diálogo e a discussão sobre a televisão no ambiente da CPLP.

## REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ARCTEL-CPLP (2017). **Anuário das Comunicações 2017**. Acesso em 22 jul. 2020 em: <http://www.arctelcplp.org/app/uploads/publicacoes/4782554725dced5a140e04.pdf>.

CIA World Factbook. **Brazil**. Disponível em [https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print\\_br.html](https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/print_br.html). Acesso em 17 set. 2020.

CIA World Factbook. **Cabo Verde**. Disponível em [https://www.cia.gov/library/publications/resources/theworldfactbook/geos/print\\_cv.htm](https://www.cia.gov/library/publications/resources/theworldfactbook/geos/print_cv.htm). Acesso em 17 set. 2020

---

CIA World Factbook. **Portugal.** Disponível em <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/po.html>. Acesso em 17 set. 2020

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. **Objectivos.** Disponível em <https://www.cplp.org/id-2763.aspx>. Acesso em: 04 set. 2020.

Évora, Silvino Lopes. Os media em Cabo Verde: percurso histórico e novas tendências. *In:* SOUSA, Helena; MARINHO, Sandra. **Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2007: os media no espaço lusófono.** Lisboa: Eigal, 2007.

GODOY, Rosana *et alli* (2015). **Uma leitura sobre a lusofonia** - Estudo bibliométrico de teses desenvolvidas entre 2004 e 2014. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/42298>. Acesso em 16 ago. 2020.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PAS – Pesquisa Anual de Serviços, 2016.** [online] Disponível em <https://teen.ibge.gov.br/noticias-teen/8311-televisao.html>. Arquivo consultado em 01 set. 2020.

LOURENÇO, Eduardo. **A nau de Ícaro.** São Paulo: Cia das Letras, 2001.

PER (2017). **Plataforma das Entidades Reguladoras da Comunicação Social dos Países e Territórios de Língua Portuguesa.** Disponível em: <http://plataforma-per.org/conteudo.php>. Acesso em: 10 set. 2020.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Secretaria de Comunicação Social. **Pesquisa Brasileira de Mídia.** [Online] Disponível em <http://pesquisademidia.gov.br>. Acesso em 10 set. 2020.

Rodriguez, L. *et alli* (2007). **História dos Media em Cabo Verde.** Disponível em: <http://www1.ci.uc.pt/iej/alunos/media/hm.htm>. Acesso em: 12 set. 2020.

SOBRAL, Filomena Antunes. **Televisão em Contexto Português: uma abordagem histórica e prospetiva.** Millenium. ISSN 1647-662X. N.º 42 (2012), p. 143-159.

ZAHRREDINE, Danny. **Institucionalismo.** Belo Horizonte: PUC Minas, 2015.